

**“FRENTES” POLÍTICAS E LUTA EM DEFESA DO NACIONALISMO
ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1964:
alguns exemplos locais e possíveis perspectivas de pesquisa na Bahia**

Heber José Fernandes de Oliveira.¹

Resumo

Este texto, que é produto de reflexões surgidas no trabalho de pesquisa que venho desenvolvendo junto ao Programa de Pós Graduação em História Regional e Local da UNEB – CAMPUS V, pesquisa intitulada “O movimento de luta nacionalista em Cruz das Almas – Recôncavo Baiano (1950/1964)”, tem por objetivo inicial apresentar como o nacionalismo se torna uma bandeira defendida por uma parcela da sociedade brasileira a partir dos anos de 1950 até meados do ano de 1964. Além disso, pensar como naquele momento histórico tornou-se recorrente a formação de “frentes” políticas por todo o Brasil, inclusive na Bahia, tendo algumas destas “frentes” o nacionalismo como referência ou bandeira de reivindicação. Por fim, incentivar pesquisas que avaliem questões relacionadas ou semelhantes à luta nacionalista.

Palavras-chave: Nacionalismo, Frentes Políticas, Bahia.

O posicionamento nacionalista no Brasil a partir dos anos de 1950, tanto no parlamento quanto na sociedade, é um assunto que cada vez mais vem sendo analisado por historiadores que buscam avaliar como o nacionalismo passou a definir posições políticas e de planejamento econômico para o país naquele período. Para o historiador Jorge Ferreira:

Não seria exagero afirmar que, na década de 1950, surgiu na sociedade brasileira uma geração de homens e mulheres que, partilhando ideias, crenças e representações, acreditou que no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas socioeconômicas, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras demandas materiais e simbólicas, encontraria os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem estar da sociedade [...].

Sentindo-se contemporâneas aos mesmos problemas, crenças e destinos, parcelas significativas da sociedade brasileira nos anos 1950 comprometeram-se com um conjunto de demandas materiais e simbólicas, associadas sobretudo com o nacionalismo e com o programa de reformas econômicas e sociais. Tais anseios e perspectivas apoderaram-se dos partidos políticos - como o PTB, o PCB, a “ala moça” do PSD, a “bossa nova” da UDN - e de políticos independentes ou filiados a organizações menores e incentivara a formação de “frentes” políticas no Congresso Nacional, unindo, sob o mesmo programa, parlamentares, sindicalistas e estudantes. Além disso, cindiram as Forças Armadas, provocando a formação de grupos desde os escalões inferiores até a alta oficialidade, muitos comprometidos com o nacionalismo, cujas propostas apareciam mais visíveis, por exemplo, nas disputas eleitorais para o Clube Militar. Tornaram-se, ainda, bandeira de luta de sindicalista, de sua central sindical e de algumas federações e confederações e firmaram-se no discurso político

das representações de estudantes, profissionais liberais, intelectuais e, inclusive, de capitalistas. Finalmente, espalharam-se pela sociedade, constituindo elemento integrante da cultura política do país [...].²

Observa-se que, já no início dos anos de 1950, o nacionalismo vinha ocupando espaço nos discursos políticos, discursos estes que buscavam sempre associar o desenvolvimento econômico a uma possível autonomia nacional. Esta perspectiva desenvolvimentista associada ao nacionalismo, que já vinha sendo praticado por Vargas em seu segundo governo, consolida-se no governo Juscelino Kubitschek como projeto nacional-desenvolvimentista, ou seja, quando o país busca ativar seu desenvolvimento econômico e industrial dentro de uma perspectiva de defesa da riqueza nacional.

[...]Ao implementar uma maior participação do Estado no desenvolvimento nacional, o projeto do início dos anos 1950 trabalhava de forma embrionária com o nacionalismo, sendo a origem das discussões que este conceito propiciou ao longo da democracia brasileira da época.

Ainda no Governo Café Filho, mas especialmente ao longo do Governo Juscelino Kubitschek, o nacionalismo foi forjado enquanto ideologia pelos intelectuais do ISEB. Esta Instituição, embora autônoma, mantinha fortes vínculos com a administração JK. Seus atores foram os grandes divulgadores da ideia do nacional-desenvolvimentismo; através dessa ideologia, procuravam legitimar o desenvolvimento do Brasil em bases nacionalistas.

Com o fim do Governo JK, a crítica da experiência nacional-desenvolvimentista foi realizada, inclusive por alguns autores vinculados ao ISEB. A ilusão desenvolvimentista teve fim. Alguns intelectuais do ISEB, juntamente com intelectuais do PCB e parcelas da sociedade brasileira, perceberam os limites concretos do nacional-desenvolvimentismo: que o desenvolvimentismo se realizara com relativo sucesso, porém, às expensas de seu caráter nacional.

No Governo Goulart, uma nova transformação tomou o nacionalismo no Brasil. Com as críticas elaboradas numa dimensão que priorizava um discurso de reformas no capitalismo para integrar maiores parcelas da sociedade à nação foi se consubstanciando o caráter distributivista do nacionalismo, o que radicalizou o conceito, tanto teórica quanto concretamente, ao terem, as lutas sociais do período, também, se radicalizado³.

Com isso se difunde a característica nacional-reformista, ou seja, propondo um nacionalismo a favor de reformas no capitalismo brasileiro. Nesta fase se questionam as políticas nacional-desenvolvimentistas, colocando-as em consonância ao imperialismo e ao desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. Esta proposta nacional-reformista é defendida naquele momento por partidos e movimentos de uma ala mais esquerdista como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que estava na ilegalidade, atuantes da pluripartidária Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que era legalizado e vinha avançando no Congresso Nacional em termos de representatividade, além de estudantes que atuavam na UNE, do

movimento camponês e sindical e de intelectuais do ISEB⁴ em sua última fase como foi apresentado na citação acima.

Durante a década de 1950 e início da década de 1960, tornou-se recorrente a formação de “frentes”⁵ políticas no Congresso Nacional e em algumas regiões do país, inclusive na Bahia, sendo o nacionalismo, naquele momento histórico, uma das bases de reivindicação dessas “frentes” para se chegar ao desenvolvimento econômico e social do país. A Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)⁶ é um exemplo disto e se organizou no Congresso Nacional no início do governo de Juscelino Kubitschek, reunindo deputados de diferentes partidos políticos existentes naquele momento. Os deputados tinham como compromisso e luta defender no Congresso políticas nacionalistas na tentativa de condenar a ameaça imperialista de origem americana, barrar a ação do capital estrangeiro dentro do país, além de questionar o controle estatal relacionada à exploração de recursos naturais e a regulamentação de remessas de lucros para o exterior.

A Bahia, Estado historicamente caracterizado por ter uma política de manutenção do poder, seja ela governamental ou municipal, em mãos de elites em sua maioria oligárquicas e tradicionais, encontrava-se entre os anos de 1950 e início da década de 1960, segundo o pesquisador Paulo Fabio Dantas Neto, em uma fase de perspectiva modernizadora de inspiração conservadora liberal⁷, buscando alargar o desenvolvimento industrial e avançar no setor agroexportador.

Diante de sucessões governamentais de intenso caráter político aliancista naquele período, iniciado com a eleição de Régis Pacheco em 1951, e sucessivamente os governos de Antônio Balbino (1955-1959), Juracy Magalhães (1959-1963) e Antônio Lomanto Junior (1963-1967), o Estado da Bahia assume um processo de busca pelo avanço industrializante, investindo, por exemplo, na criação de Instituições que viabilizassem a necessidade energética para sustentar uma possível fase superior em níveis industriais.

A partir de Régis Pacheco (1951), a opção nacional-desenvolvimentista ganha corpo nos trabalhos de implantação da hidroelétrica do Funil, na área de saneamento e energia. O governo Antônio Balbino, com Rômulo Almeida na Secretaria da Fazenda, aprofundou essa base no Estado criando a CPE, a COELBA, a TEBASA (Cia Telefônica da Bahia), e convênios com a PETROBRÁS para a pavimentação das rodovias do Recôncavo. O próprio governo de Juracy Magalhães obteve uma nova linha de financiamento do BNDE para a retomada da construção da Central do Funil, além da extensão das linhas de transmissão para a zona do cacau e de outras pequenas centrais hidroelétricas no interior, implantando

definitivamente a COELBA. A obra de Joanes (adutora e estação de tratamento) teve financiamento do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, sendo concluída pelo governo seguinte.⁸

Avaliando aquele contexto baiano de perspectiva modernizadora, torna-se possível questionar se o nacionalismo era um debate que transcorria pela sociedade baiana a partir dos anos de 1950 e se estava na pauta de discussão de partidos e de políticos independentes ou filiados, organizações sindicais e estudantis. Os trabalhos de Soanne Cristino Almeida dos Santos, intitulado “Nacionalismo de Esquerda: Frente de Mobilização Popular em Una (1963 – 1965)”⁹, o de Moisés Leal Morais, intitulado “Urbanização, trabalhadores e seus interlocutores no Legislativo Municipal: Alagoinhas – Bahia, 1948- 1964”¹⁰ e o que vem sendo desenvolvido sobre a Frente Nacionalista de Cruz das Almas, intitulado “O movimento de luta nacionalista em Cruz das Almas – Recôncavo Baiano (1950/1964)”¹¹ são exemplos de pesquisas que apontam para a existência de “frentes” políticas no Poder Legislativo de algumas cidades baianas e de como o nacionalismo era uma bandeira defendida por algumas dessas “frentes”, por organizações sindicais e estudantis, e pela sociedade baiana de distintas localidades.

A pesquisa de Santos sobre a Frente de Mobilização Popular (FMP)¹² em Una avalia como esta cidade, localizada no Sul da Bahia, desenvolve uma posição política diferenciada a partir da atuação da FMP, pois, é com o surgimento deste movimento em Una que aparecem novos atores sociais, que segundo a autora vinham em sua maioria das camadas subalternas da sociedade unense e que passam a questionar o sistema político oligárquico que governara a cidade por muitos anos.

Outro trabalho que trata do surgimento de “frentes” políticas na Bahia, naquele contexto histórico, é o do historiador Moisés Leal Morais, onde ele analisa em um dos capítulos de sua dissertação, a atuação da Frente Popular Democrática (FPD) no Poder Legislativo Municipal da cidade de Alagoinhas entre os anos de 1955 e 1956. Como pôde ser observado no texto de Morais, a perspectiva de luta nacionalista foge da característica de embate pretendida pela FPD, no entanto o que ele apresenta de mais relevante na existência desta “frente” na cidade de Alagoinhas é que, a partir de sua efêmera atuação, houve uma intensa mediação de interesse dos trabalhadores no Legislativo Municipal e um significativo aumento de embate político local da cidade a partir disto.

Analisando estes dois trabalhos, foi percebido que os respectivos autores optaram por destacar muito mais a questão da inserção de pessoas das camadas mais populares na política local, a partir do surgimento das “frentes” políticas tanto em Una (que foi caracterizado como um movimento em defesa da luta nacionalista) como em Alagoinhas (que já não se apresenta com esta característica de luta em defesa do nacionalismo), do que realmente as ações, os conflitos e os interesses dessas “frentes” políticas.

Estes trabalhos, e o de Santos sobre a Frente de Mobilização Popular na cidade de Una em especial, tornam-se bastantes significativos primeiro por apontar para a existência de “frentes” políticas no interior baiano naquele momento histórico, e segundo por apresentar possíveis movimentos de luta nacionalista em outras cidades na Bahia. Santos sinaliza para que, possivelmente, além de Una e Cruz das Almas, pode ter havido movimentos neste sentido na cidade de Ilhéus e de Canavieiras, ambas na região Sul da Bahia, no entanto ainda não existem comprovações empíricas desta existência.

Adiciono a esta informação a existência, em Salvador, de um movimento Nacionalista identificado como Movimento Nacionalista Baiano (MNB). Este movimento foi identificado no momento de coleta de dados referente ao trabalho que venho realizando sobre a Frente Nacionalista de Cruz das Almas (FNCA). Foi encontrado, durante a atividade de busca por fontes, na Biblioteca do Estado da Bahia, especificamente no Jornal A tarde, datado de 30 de Agosto de 1957, primeira página, um manifesto divulgando a organização do Movimento Nacionalista Baiano na cidade de Salvador, onde assinavam em apoio ao movimento estudantes, políticos, sindicalistas, médicos, engenheiros etc.

Outro trabalho que aponta para formação de “frentes” políticas na Bahia é esta que venho desenvolvendo junto ao Programa de Pós Graduação em História Regional e Local da UNEB – CAMPUS V, pesquisa intitulada “O movimento de luta nacionalista em Cruz das Almas – Recôncavo Baiano (1950/1964)”. Nesta pesquisa avaliaremos, dentre outros aspectos, a atuação da Frente Nacionalista de Cruz das Almas (FNCA), movimento que apresenta forte influência da proposta de luta nacionalista existente naquele período.

Sobre esta pesquisa, constata-se que em meados da década de 1950, na cidade de Cruz das Almas, localizada no Recôncavo Baiano, distintos atores sociais intensificaram a sua prática política contestatória sob a égide de um movimento conhecido como Frente Nacionalista. Na cidade de Cruz das Almas, naquele momento histórico, existia algumas

Instituições que possibilitavam pessoas desenvolverem este sentimento mais crítico com relação à conjuntura política da época, e a luta em favor do nacionalismo se torna uma causa defendida por pessoas que atuavam nessas agremiações.

Instituições como a Escola Agrônômica da Bahia (EAB), núcleo que originou a atual Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), através do Diretório Acadêmico Landolfo Alves (DALA); o Colégio Alberto Torres, através do Grêmio Líteo Esportivo Castro Alves (GLECA); o Sindicato dos Operários do Fumo; a Associação dos Tarefeiros da própria EAB, que mantinha uma importante luta em defesa do campesinato; e a Associação das Mães Pobres, que era um movimento liderado por donas de casa da cidade de Cruz das Almas, tornam-se referenciais importantes para a conscientização política de pessoas de distintas categorias sociais, com diferentes pensamentos e realidades.

Estes estudantes secundaristas e universitários, operários das fábricas de charutos existentes na cidade, camponeses, servidores e professores da EAB e do Colégio Alberto Torres, comerciantes, donas de casa, dentre outros, todos integrantes da Frente Nacionalista de Cruz das Almas (FNCA), agiam conjuntamente criticando o avanço imperialista dos EUA e os trustes internacionais, lutando em favor das Reformas de Base e desenvolvendo meios de reivindicação da política local.

A FNCA, sendo então fundada em 1957, passa a atuar na cidade de forma combativa, buscando questionar a política local, regional e nacional a partir da proposta central de luta em defesa dos interesses nacionais. A partir da sua fundação, foi criada uma sede que ficava localizada no centro da cidade. Na sede eram realizadas reuniões dos seus atuantes e pronunciados discursos para a população que transitava no centro da cidade através de um serviço de alto-falante. Além disso, foi criado um jornal chamado de O Nacionalista onde eram publicados matérias, reportagens, charges e artigos, tudo relacionado ao questionamento de cunho nacionalista. O jornal O Nacionalista surge em 1958 substituindo outro hebdomadário chamado Nossa Terra, e torna-se o órgão representativo da FNCA.

Em termos partidários, entre seus integrantes destacava-se a simpatia pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Comunista do Brasil (PCB) e por uma ala do Partido Social Democrático (PSD), que era tido como uma agremiação de cunho mais conservador, que, porém tinha uma ala mais independente que se aliava ao trabalhismo.

A partir desta breve reflexão, assinalo que busquei neste texto assinalar como a formação de “frentes” políticas e a questão nacionalista estiveram presentes no ambiente político de algumas diferentes localidades na Bahia entre os anos de 1950 e 1964, inclusive na capital. Além disso, incentivar trabalhos que possam avaliar como se desenvolveu, em outras localidades, a questão da luta nacionalista ocorrida naquele período de efervescência política no Brasil e pensar como outros temas característicos daquele período histórico, como por exemplo, a campanha em defesa do Petróleo, a luta pelas reformas de base, a questão da Campanha da Legalidade, entre outros, são assuntos que podem ser explorados como perspectivas para futuras pesquisas já que são poucos os trabalhos na Bahia que trate de forma mais aprofundada sobre o reflexo destas questões no Estado durante aquele período.

NOTAS

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (PPGHIS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus V, sob a orientação do Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira, bolsista CAPES. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: heberhistoriaufrb@yahoo.com.br.

²FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. ed 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 15.

³DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O Nacionalismo na experiência democrática brasileira. In: *Revista Outros Tempos*, vol. 5, número 5, pp. 110-111, Jun. 2008.

⁴Para informações mais precisas sobre como se formou o ISEB ver, dentre outros: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo/Anpuh, vol. 27, p. 68, 1994.

⁵Entende-se o termo “frente”, no sentido político, como uma formação que visa unificar a atuação em função de interesses comuns, independentemente do partido político a que pertença.

⁶DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 357-376.

⁷Sobre isto ver DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954 – 1974)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

⁸OLIVEIRA JR., Franklin. *A Usina dos Sonhos – Sindicalismo petroleiro na Bahia: 1954-1964*. Salvador: EGBA, 1996. p. 46-47.

⁹Para saber mais sobre a Frente de Mobilização Popular em Una ver dissertação: SANTOS, Soanne Cristino Almeida dos. *Nacionalismo de Esquerda: Frente de Mobilização Popular em Una (1963 – 1965)*. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Santo Antônio de Jesus. 2010.

¹⁰Sobre isto ver dissertação: MORAIS, Moisés Leal. *Urbanização, trabalhadores e seus interlocutores no Legislativo Municipal: Alagoinhas – Bahia, 1948- 1964*. 2011. . 137 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas. Campus V. Santo Antônio de Jesus. 2011.

¹¹Para saber mais sobre o movimento em defesa do nacionalismo na cidade de Cruz das Almas ver: OLIVEIRA, Heber José Fernandes de. Frente Nacionalista de Cruz das Almas (1957-1964) - uma história de luta. In: *Anais II Simpósio de História Regional e Local, 2011*, Santo Antônio de Jesus. II Simpósio de História Regional e Local, 2011.

¹²Sabe-se que a Frente de Mobilização Popular (FMP) foi um movimento esquerdista, de amplitude nacional, idealizado por Leonel Brizola durante o governo do então presidente João Goulart (1963), em prol das reformas de base, e que era representado basicamente por estudantes através da UNE, por operários através do CGT, por subalternos das forças armadas com suas Associações, por facções das

ligas camponesas, por segmentos de extrema-esquerda do PCB, além de grupos compactos do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), entre outros. Sobre a Frente de Mobilização Popular ver: FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: A Frente de Mobilização Popular. In: *Revista Brasileira de História, Dossiê: Brasil, do ensaio ao golpe, 1954-1964*, São Paulo: Associação nacional de História, ANPUH, n.47, 2004.